



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Comissão de Ética Pública

VOTO

| | |
|--------------------|--|
| Consulente: | ERIK DA COSTA BREYER |
| Cargo: | Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG |
| Assunto: | Consulta sobre possível conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001 , e Decreto nº 4.187, de 8 de abril de 2002) |
| Relatora: | CONSELHEIRA VERA KARAM DE CHUEIRI |

CONSULTA SOBRE POSSÍVEL CARACTERIZAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES APÓS O EXERCÍCIO DE CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PARTICIPAÇÃO COMO CONSULTOR ESPECIALIZADO. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES APÓS O DESLIGAMENTO DO CARGO PÚBLICO. DESNECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DE QUARENTENA. DEVER DE NÃO DIVULGAR OU FAZER USO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA E ZELAR PELAS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO PÚBLICO.

1. Consulta sobre possível conflito de interesses, formulada por **ERIK DA COSTA BREYER**, que exerceu o cargo de Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, no período de 2 de janeiro de 2023 a 29 de dezembro de 2024.
2. Pretensão de assumir o cargo de consultor especializado na empresa SolarGrid Comercio e Serviço Ltda, após o exercício de cargo no âmbito do poder executivo federal. Apresenta proposta formal para desempenho da atividade privada.
3. Não caracterização de potencial conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.
4. Dispensa do consulente de cumprir o período de impedimento a que se refere o inciso II do art. 6º da Lei nº 12.813, de 2013, uma vez verificada a inexistência de conflito de interesses ou a sua irrelevância.
5. Impedimento de atuar, nos seis meses posteriores ao desligamento do cargo de Diretor Presidente, como intermediário em assuntos de interesses privados junto à TBG.
6. Impedimento de atuar, a qualquer tempo, no âmbito de processos, contratos e licitações, dos quais tenha participado, ainda que em fase inicial ou preliminar, no exercício de suas atribuições públicas.
7. Dever de comunicar à CEP o recebimento de outras propostas de trabalho na esfera privada que pretenda aceitar, nos 6 (seis) meses posteriores ao seu desligamento do cargo, nos termos dos art. 8º, VI, e 9º, II, da [Lei nº 12.813, de 2013](#).
8. Necessidade de observância, a qualquer tempo, do dever de não divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas, nos termos do art. 6º, I, da Lei nº 12.813, de 2013.

I - RELATÓRIO

4. Em relação à pretensão, o consulente relata que **recebeu proposta formal** para atuar na função de consultor especializado na empresa SolarGrid Comercio e Serviço Ltda, com **atribuições que envolvem atividades de prestação de consultoria estratégica no setor energético**, conforme descrito no subitem 17.1 do Formulário de Consulta, abaixo transcrito:

[illegible]

5. O consulente **entende existir situação potencialmente configuradora de conflito de interesse em relação à sua pretensão**, conforme descreveu no item 18 do Formulário de Consulta, abaixo transcrito:

"O setor de energia enfrenta, nos últimos anos, uma transformação profunda que continuará a se intensificar, especialmente com o avanço da transição energética. Nesse contexto, as políticas públicas desenvolvidas para os diferentes segmentos do setor e os projetos implementados frequentemente geram impactos cruzados, muitas vezes comprometendo a competitividade e o desenvolvimento de atividades de outros segmentos.

A proposta de trabalho apresentada a essa Comissão de Ética prevê a prestação de consultoria estratégica no setor de energia, com foco no desenvolvimento de estratégias de expansão para a empresa proponente no mercado de energia elétrica, renovável e biogás. Esse mercado, ao se fortalecer, se torna um concorrente direto das atividades desempenhadas pela TBG, pois representa o fortalecimento de fonte de energia alternativa ao gás natural. Tal concorrência pode reduzir a demanda por gás natural, cujo transporte é a atividade-fim da TBG.

A proposta também inclui atividades destinadas a influenciar a o debate público e a formulação de políticas públicas para favorecer fontes de energia alternativas ao gás natural. Contempla, ainda, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura energética que visem à implementação de novos sistemas capazes de diminuir a dependência das infraestruturas atualmente em operação, como as da TBG. Ainda que essas atividades sejam legítimas, como são, seus efeitos práticos conflitam com os interesses da TBG, que dependem tanto do fortalecimento do gás natural como fonte de energia quanto da utilização intensiva da infraestrutura existente.

Note-se, ainda, que a proposta esclarece que seu escopo inclui "a negociação e avaliação de oportunidades de negócio com empresas que atuam ou exercem funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural, bem como transporte de gás natural na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil." A observação é especialmente relevante diante do esforço da Nova Lei do Gás (Lei 14.134/2021) para assegurar que a atuação dos transportadores de gás natural não seja dirigida pelos interesses de empresas que atuam na exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural, preservando a independência e a autonomia das transportadoras (art. 5º, §§1º e 2º), necessária a que a sociedade seja beneficiada pelas consequências da desverticalização do setor.

Nos termos da proposta, o desempenho dessas atividades pelo Consulente teria início durante o período de quarentena estabelecido pela Lei 12.813/2013, que busca mitigar o risco de que empresas ou instituições privadas tenham vantagens indevidas/desleais ao contratar profissionais que, em razão de sua atuação na administração de empresa estatal, possuam informações sensíveis ou estratégicas ou contatos privilegiados com a Administração Pública. Como os interesses da empresa proponente não são convergentes com os interesses da TBG, caracteriza-se justamente o potencial conflito de interesses cuja concretização a quarentena pretende evitar."

6. No item 19 do Formulário de Consulta, o consulente informa que **não manteve relacionamento relevante, em razão de exercício do cargo público**, com a pessoa jurídica cuja proposta foi apresentada, nos termos dos itens 17 e 18 do Formulário de Consulta.

7. Consta dos autos a proposta de trabalho da Empresa SolarGrid Comercio e Serviço Ltda (DOC nº 6318892), com a descrição das atividades a serem desempenhadas pelo consulente na assunção do cargo:

"O escopo desta proposta abrange o desenvolvimento das seguintes atividades:

(i) Prestação de consultoria estratégica no setor de energia, abrangendo o desenvolvimento de estratégias de expansão para a Solargrid no mercado de energia elétrica, biogás, energia renovável etc.;

(ii) Contribuição para a elaboração e implementação de políticas regulatórias, incluindo (ii.a) a análise crítica de regulamentações vigentes no setor energético, com proposição de ajustes ou alternativas que possam beneficiar a empresa; (ii.b) a orientação na formulação de propostas e a participação ativa em fóruns de discussão e consultas públicas sobre fontes alternativas de energia, integração de mercados energéticos e infraestrutura do setor de energia, visando a influenciar a construção de políticas públicas envolvendo os temas.

(iii) Negociação de parcerias e contratos comerciais, abrangendo, além da interlocução com stakeholders do setor, a identificação e negociação de contratos que envolvendo fornecimento de

energia, incluindo a partir de fontes alternativas que possam reduzir a dependência de gás natural; (iv) Desenvolvimento de projetos de infraestrutura energética, incluindo a coordenação de estudos técnicos e econômicos para implementação de projetos capazes de reduzir a dependência das infraestruturas atualmente existentes. Para efeito de avaliação de V.Sa da proposta, informamos que o escopo do trabalho inclui, entre outras, a negociação e avaliação de oportunidades de negócio com empresas que atuam ou exercem funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural, bem como transporte de gás natural na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil."

8. É relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

9. A Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre as situações que configuram conflito de interesses, no exercício ou após o desligamento de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, sendo abrangidas pelas suas disposições as autoridades detentoras dos cargos públicos descritos no art. 2º, III:

Art. 2º Submetem-se ao regime desta Lei os ocupantes dos seguintes cargos e empregos:

I - de ministro de Estado;

II - de natureza especial ou equivalentes;

III - de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e

IV - do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes. (grifou-se)

10. Dessa forma, verifica-se que o consultante, na condição de Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, conforme o artigo 2º, inciso III, da Lei nº 12.813/2013, enquadra-se entre as autoridades mencionadas na referida legislação. Assim, submete-se integralmente ao regime dessa lei, estando sujeito à análise e deliberação da Comissão de Ética Pública (CEP) quanto a potenciais situações de conflito de interesses, tanto no exercício de suas funções quanto após o término de seu mandato, em conformidade com o disposto na norma.

11. Por conseguinte, além de submeter as propostas de trabalho a este Colegiado (art. 9º, II), deve-se atentar para o disposto no artigo 6º da Lei nº 12.813, de 2013, *in verbis*:

Art. 6º Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

II - no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

a) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;

b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou **estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;**

c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

d) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego. (grifou-se)

12. Nesses termos, durante os seis meses subsequentes ao desligamento do consultante do cargo, ele somente poderá aceitar oferta de emprego na iniciativa privada após prévia e expressa autorização da Comissão de Ética Pública (CEP), nos termos do artigo 8º, inciso VI, da Lei nº 12.813, de 2013.

13. Convém lembrar que a imposição de quarentena é, notadamente, uma garantia ao Estado, na medida em que visa a evitar a ocorrência de prejuízos ao interesse coletivo, advindos do exercício de atividade privada que beneficie interesses privados em detrimento da Administração Pública.

14. Em suma, a restrição legal ao exercício de atividades privadas visa impedir que o acesso a informações privilegiadas, o poder decisório e o relacionamento relevante do gestor público, ao se desligar do cargo, confirmem benefícios estratégicos indevidos e direcionem, de maneira imprópria, o curso de interesses privados, gerando uma vantagem competitiva indevida em favor das pessoas para as quais ele passará a atuar.

15. Nesse sentido, torna-se imperioso que do confronto entre a atividade privada pretendida e a natureza das atribuições públicas exercidas seja verificada, de forma inequívoca, a existência de potenciais prejuízos ao interesse coletivo.

16. A fim de se avaliar a situação, devem ser cotejadas as competências legais conferidas à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, as atribuições do cargo exercido pelo consultante de Diretor-Presidente da TBG com a natureza das atividades privadas pretendidas, ora informadas.

17. De acordo com o [Ato de criação da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG](#), consoante o disposto no artigo nº 64 da Lei 9478 de 06/08/97, a Petrobras foi autorizada, para o cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, a constituir subsidiária, a qual poderia associar-se, majoritariamente, a outras empresas. Dessa forma, a Petrobras, através de sua subsidiária – Petrobras Fertilizantes S/A – Petrofertil, associou-se, em 1997, a outras empresas para a constituição da TBG, conforme comprova a “Ata da Assembleia Geral de Constituição da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil S/A – por subscrição particular, realizada no dia 18/04/97.

18. Nesse sentido, conforme o art. 4º do [Estatuto Social da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil](#), a TBG é uma companhia constituída por uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto promover projetos de engenharia, que incluem a construção e operação do gasoduto, na forma da lei, destinado a transportar gás proveniente da Bolívia e outros países vizinhos, ou o gás produzido em território brasileiro, além de desenvolver atividades correlatas e afins no Brasil ou no exterior, que possam contribuir direta ou indiretamente com o objeto social da companhia, incluindo atividades associadas a tal objeto, ou relacionadas a telecomunicações por fibra ótica. A [TBG](#) transporta, ininterruptamente, até 30 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural brasileiro e boliviano pelos 2.593 km de nosso gasoduto, que atravessa os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

19. As competências da Diretoria Executiva estão disciplinadas nos artigos 70 e 71, conforme se extrai do [Estatuto Social da TBG](#), transcrito abaixo:

Art. 70. Cabe à Diretoria Executiva e a seus membros exercer a gestão dos negócios, assegurar o funcionamento regular da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como as recomendações do Conselho Fiscal, sempre observando as boas práticas de governança corporativa.

Art. 71. Compete à Diretoria Executiva:

I. gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados;

II. definir a estrutura organizacional básica da Companhia e a distribuição interna das atividades administrativas;

III. elaborar manuais, planos de contas e normas de contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outros necessários à orientação do funcionamento da Companhia;

- IV. elaborar normas de cessão de uso, locação, comodato ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;
- V. elaborar o plano anual de seguros da Companhia;
- VI. elaborar planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia;
- VII. acompanhar e controlar as atividades das empresas nas quais a Companhia participe, ou com as quais esteja associada;
- VIII. deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias;
- IX. colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;
- X. monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;
- XI. cumprir as metas e resultados fixados pelo Conselho de Administração;
- XII. elaborar o orçamento anual, o orçamento plurianual e o orçamento de capital, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;
- XIII. elaborar o plano de dispêndios globais (“PDG”) e o orçamento anual de investimentos (“OAI”), submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;
- XIV. elaborar o plano estratégico, o plano de investimentos e as metas de desempenho, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração.
- XV. elaborar o plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com a análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração até a última reunião ordinária deste órgão.
- XV. elaborar, após o término de cada exercício social, o relatório da Administração e a o relatório de gestão da Diretoria Executiva, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração;
- XVII. determinar a elaboração, após o término de cada exercício social, das demonstrações financeiras, submetendo-as à Auditoria Independente, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- XVIII. aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia;
- XVIX. aprovar o seu regimento interno; XX. elaborar a carta anual de governança corporativa, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- XXI. aprovar os atos e contratos ou operações, relativos à sua alçada decisória;
- XXII. identificar a existência de ativos que não são de uso próprio da Companhia e a necessidade de mantê-los, submetendo-os à avaliação do Conselho de Administração;
- XXIII. submeter ao Conselho de Administração o relatório resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar;
- XXIV. submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse; e
- XXV. deliberar sobre os assuntos que lhe são submetidos por qualquer Diretor.

20. As competências privativas do Diretor-Presidente estão dispostas no art. 72 do referido Estatuto, reproduzido abaixo:

- Art. 72. Cabe, privativamente, ao Diretor Presidente ou ao seu substituto, a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, competindo-lhe:
- I. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
 - II. coordenar, planejar, supervisionar e presidir as atividades da Companhia;
 - III. garantir a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
 - IV. tomar decisões de competência da Diretoria Executiva, ad referendum desta, em caráter de urgência;
 - V. exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria Executiva;
 - VI. representar a Companhia nas reuniões do Conselho de Administração, quando outro Diretor não tenha sido convocado;
 - VII. submeter ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos para composição da

Diretoria Executiva da Companhia, podendo, inclusive, propor a destituição destes a qualquer tempo;

VIII. manter os Conselhos de Administração e Fiscal informados das atividades da Companhia; e

IX. exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

X. autorizar a admissão e demissão de empregados

21. No caso concreto, a partir das atribuições exercidas por **ERIK DA COSTA BREYER**, resta patente que o consultante, no âmbito da Presidência da TBG, exerceu cargo relevante para o cumprimento dos objetivos institucionais da Companhia, pois as funções exercidas são de cunho estratégico, pelo que conferiram a ele acesso sistemático a informações privilegiadas de interesse do mercado e relevantes ao escopo das atividades profissionais a serem exercidas em áreas correlatas.

22. Todavia, ressalte-se que a lei a reger o sistema de incompatibilidades exigiu não somente que o cargo fosse relevante e que o consultante pretendesse trabalhar em área correlata após seu desligamento. Há também a necessidade de que o potencial conflito apresente-se de maneira contundente. Tanto assim que a Lei nº 12.813, de 2013, dispensa, em seu art. 8º, VI, o cumprimento da quarentena não somente no caso de inexistência de conflito, como também quando este se mostrar irrelevante.

23. Em relação à empresa ofertante da proposta de trabalho, SolarGrid Comercio e Serviço Ltda, de acordo com o sítio eletrônico de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica - CNPJ nº [21.481.886/0001-02](https://cnpj.gov.br/21.481.886/0001-02), verifica-se que se trata de uma empresa constituída sob a forma de Sociedade Empresarial Limitada e que tem como atividade principal o comércio varejista de produtos. Na página da [SolarGrid Comercio e Serviço Ltda](https://cnpj.gov.br/21.481.886/0001-02) consta as seguintes informações: 1) a empresa atua em todas as fases de geração distribuída de energia solar (do licenciamento ambiental até construção, operação e gestão de compensação de créditos) e está no mercado de geração distribuída de energia solar desde 2014; 2) a empresa já executou mais de 550 projetos de solução no setor de energia solar, incluindo usinas solares, construídos em todas as regiões do Brasil para atender diversos clientes como empresas, comércios e residências, e 3) a empresa estabelece parcerias estratégicas com fornecedores globais de equipamentos, garantindo eficiência e inovação em seu papel crucial no mercado de energia solar.

24. Nesse contexto, do confronto das informações contidas no sítio eletrônico da empresa proponente, qual seja, SolarGrid Comercio e Serviço Ltda, com as atividades desempenhadas pelo consultante no exercício do cargo de Diretor Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, parece-me que a natureza das atividades privadas a serem exercidas pelo consultante na empresa proponente não conflita, de forma concreta e absoluta, com aquelas desempenhadas na condição de Diretor Presidente da TBG, haja vista que as empresas terem objetos distintos, pois enquanto a TBG desenvolve sua atividade, voltada, em sua essência, na operacionalização do gasoduto destinado a transportar gás proveniente da Bolívia e de outros países vizinhos, ou produzido em território brasileiro, a SolarGrid é uma empresa que tem como principal atividade projetos de engenharia para geração e distribuição de energia solar, isto é, seu foco encontra-se no setor energia solar.

25. Dessa forma, ainda que o escopo da proposta de trabalho feito ao consultante pela SolarGrid abranja consultoria estratégica no setor de energia, com vistas a expansão da empresa no mercado de energia elétrica, biogás, energia renovável, isto por si só não é suficiente para impedir o consultante de atuar no setor privado ou em área correlata, pois do contrário a Lei nº 12.813, de 2013 estaria inviabilizando as autoridades detentoras dos cargos públicos descritos no art. 2º assumirem cargos no setor privado, após o término do exercício do cargo público assumido.

26. É importante esclarecer ainda que o consultante se encontra impedido, a qualquer tempo, e não apenas nos seis meses posteriores ao desligamento do cargo público, de divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas acessadas como Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG.

27. Além disso, a [Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2017/2021/Lei/L14134.htm), no art. 2º, dispõe sobre as atividades relativas ao gás natural, depreende-se que o transporte de gás natural é atividade submetida a rigorosa regulação, inclusive no que se refere à exploração das atividades econômicas relacionadas, as quais são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

28. Desse modo, as empresas transportadoras de gás natural têm o dever legal de disponibilizar, por meio eletrônico, informações relevantes aos interessados, tais como as características de suas instalações, os serviços prestados, as capacidades disponíveis e os dados históricos referentes aos

contratos celebrados, às partes, aos prazos e às quantidades envolvidas (Lei nº 14.134, de 2021, art. 2º), situação que, a meu ver, mitiga a possibilidade de utilização de eventual informação privilegiada útil com potencial de lesar o interesse coletivo - na hipótese de a empresa SolarGrid Comercio e Serviço Ltda. venha a se expandir no mercado de biogás.

29. Nesse sentido, em relação ao risco de utilização de informações privilegiadas pelo consulente, cabe acrescentar que a TBG se manifestou sobre o assunto, no âmbito do processo **00191.000618/2021-11** - Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG - atividade pretendida: assumir o cargo de Diretor-Presidente da empresa Nova Transportadora do Sudeste - NTS - 234ª RO (Rel. Roberta Codignoto) -, em diligências realizadas por esta CEP, a respeito de consulta de conflito de interesses após o cargo, de membro da TBG com pretensão de assumir cargo de Diretor-Presidente em empresa correlata. Na ocasião, a estatal se posicionou da seguinte forma:

Questionamento i) *se o Senhor **Erick Portela Pettendorfer**, enquanto Diretor-Presidente da TBG, tem acesso a informação privilegiada que possa acarretar eventual prejuízo, em caso de uso na iniciativa privada, sobretudo, se vier a ser contratado pela empresa NTS.*

[...]

O transporte de gás natural é atividade submetida a intensa regulação e deve observar as normas, padrões e parâmetros aplicáveis a todas as empresas que nela atuam, independentemente de quem sejam seus acionistas controladores. Os próprios serviços de transporte são padronizados, como exige a Lei 14.134/2021, em seu art. 15. Da mesma forma, os contratos celebrados pela TBG para a prestação de serviços de transporte de gás natural atualmente em vigor são padronizados e públicos.

A transparência, aliás, é princípio a ser observado pelos agentes da indústria de gás natural de modo geral, que estão submetidos à obrigação de divulgação de documentos e informações relevantes, independentemente de quem sejam seus acionistas controladores – nesse sentido, veja-se, por exemplo, o art. 2º da Lei 14.134/2021.

Art. 2º O proprietário ou operador de instalações de escoamento, processamento, transporte, estocagem e terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) deverá disponibilizar, em meio eletrônico acessível aos interessados, informações sobre as características de suas instalações, os serviços prestados, as capacidades disponíveis, os dados históricos referentes aos contratos celebrados, às partes, aos prazos e às quantidades envolvidas, na forma de regulação da ANP.

As empresas transportadoras de gás natural, especificamente, estão sujeitas à obrigação legal de atuarem de forma transparente na condução de seus negócios (art. 15, inciso V, da Lei 14.134/2021), inclusive prestando informações requeridas pelo conselho de usuários do serviço de transporte.

Há que se destacar, também, que as empresas transportadoras de gás natural têm o dever legal de atuarem de forma independente e autônoma em relação aos agentes que exerçam outras atividades da cadeia de gás natural. **Por essa razão, a TBG não tem acesso exclusivo a informações que possam impactar a operação da infraestrutura.** Como destacado no Formulário de Consulta (item 19), as transportadoras de gás natural não mantêm, e nem podem manter, segredos operacionais, sob pena de colocar em risco a eficiência do mercado. (Grifou-se)

30. Na mesma ocasião, houve manifestação, por parte da TBG, a respeito da inexistência de potenciais prejuízos ao interesse público na atuação privada do agente que interpôs a consulta, conforme excerto abaixo:

Questionamento ii) *se a companhia entende haver prejuízos ao interesse público na atuação privada do consulente, conforme ele descreve nos itens 17 e 17.1 do Formulário de Consulta, considerando que, no exercício do cargo, competia-lhe orientar a política administrativa e a representação da TBG.*

A atividade de transporte de gás natural é um monopólio natural, de modo que a TBG e a NTS operam infraestruturas distintas em diferentes localidades do país, **não sendo empresas concorrentes. Nesse cenário, e sendo ambas transportadoras de gás natural, elas, na verdade, compartilham interesses comuns e atuam em colaboração nos esforços para realização desses interesses, em prol de uma maior eficiência do mercado de gás natural, beneficiando, ao fim,**

o interesse público.

Como já ressaltado na resposta anterior, não há, e nem pode haver, segredos operacionais entre as empresas transportadoras de gás natural sob o cenário regulatório atual, que impõe a “*atuação conjunta, coordenada e transparente dos transportadores*” (art. 15, inciso V, da Lei 14.134/2021). (Grifou-se)

31. Assim, entendo que **não há razões para a imposição de quarentena no presente caso, nos termos da Lei nº 12.813, de 2013**, de modo que a pretensão do consulente de assumir o cargo de consultor especializado na empresa SolarGrid Comercio e Serviço Ltda. é passível de ser autorizada, **desde que observadas as condicionantes aplicadas neste Voto.**

32. De realçar, este Colegiado tem precedentes a respeito da inexistência de conflito de interesses no exercício de atividades privadas similares, nos seis meses seguintes ao seu desligamento. Destaca-se, primeiramente o processo supramencionado -

I - **00191.001394/2023-18 - Diretor de Manutenção e Operação da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG - atividade pretendida:** assumir o cargo de Diretor de Operações da empresa Nova Transportadora do Sudeste - NTS - 255ª RO (Rel. Edvaldo Nilo de Almeida);

II - **00191.000618/2021-11 - Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG - atividade pretendida:** assumir o cargo de Diretor-Presidente da empresa Nova Transportadora do Sudeste - NTS - 234ª RO (Rel. Roberta Codignoto); e

III - **00191.000618/2021-11 - Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG - atividade pretendida:** assumir o cargo de Diretor-Presidente da empresa Nova Transportadora do Sudeste - NTS, a qual opera no mesmo ramo de atividade da TBG - 234ª RO (Rel. Roberta Codignoto).

33. Contudo, a fim e se assegurar a lisura e a transparência dos negócios envolvendo a Administração Pública, faz-se necessária a aplicação de medidas condicionantes às atividades pretendidas pelo consulente, em estrita consonância à legislação vigente. Assim, o consulente deve **abster-se de atuar como intermediário de interesses privados junto à Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG** pelo período de 6 (seis) meses após a exoneração do cargo.

34. Na mesma linha, e com base nos mesmos precedentes acima citados, o consulente fica **impedido de, a qualquer tempo, atuar** no âmbito de **processos** dos quais tenha participado, mesmo que em fase inicial e preliminar, no exercício de suas atribuições públicas.

35. Cabe destacar que o consulente não está dispensado de cumprir a determinação contida no art. 6º, I, da Lei nº 12.813, de 2013, qual seja de, **a qualquer tempo, não divulgar ou usar informação privilegiada obtida em razão das atividades públicas exercidas.**

36. Outrossim, ressalta-se o dever de o consulente comunicar à CEP o recebimento de outras propostas de trabalho na esfera privada que pretenda aceitar, nos 6 (seis) meses posteriores ao seu desligamento do cargo, nos termos do disposto no art. 8º, VI, e no art. 9º, II, da Lei nº 12.813, de 2013.

III- CONCLUSÃO

37. Ante o exposto, uma vez que não resta caracterizado o conflito de interesses após o desligamento do cargo de Diretor-Presidente da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, voto pela **dispensa** do Senhor **ERIK DA COSTA BREYER** de cumprir o período de impedimento a que se refere o inciso II do art. 6º da Lei nº 12.813, de 2013, restando, portanto, **liberado** para exercer as atividades privadas apresentadas nessa consulta, nos estritos termos informados, observadas as condicionantes aplicadas, quais sejam, **abster-se de atuar como intermediário de interesses privados**

junto à **Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG** pelo período de 6 (seis) meses após a exoneração do cargo e, **a qualquer tempo, atuar** no âmbito de **processos** dos quais tenha participado, mesmo que em fase inicial e preliminar, no exercício de suas atribuições públicas.

38. Ademais, caso receba outras propostas de trabalho, contrato ou negócio no setor privado durante o período de 6 (seis) meses de vigência da quarentena, e tenha interesse em aceitá-las, deverá comunicar o fato imediatamente a esta Comissão de Ética Pública, nos termos do inciso II do art. 9º da Lei nº 12.813, de 2013.

39. Ressalto que as informações privilegiadas a que tenha acesso no exercício de suas atribuições públicas devem ser resguardadas a qualquer tempo, nos termos do art. 6º, I, da Lei nº 12.813, de 2013. Também, ressalta-se o dever de o consultante comunicar à CEP o recebimento de outras propostas de trabalho na esfera privada que pretenda aceitar, nos 6 (seis) meses posteriores ao seu desligamento do cargo, nos termos do disposto no art. 8º, VI, e no art. 9º, II, da Lei nº 12.813, de 2013.

VERA KARAM DE CHUEIRI
Conselheira Relatora



Documento assinado eletronicamente por **Vera Karam de Chueiri, Conselheiro(a)**, em 04/02/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).